REQUERIMENTO APROVADO
14ª SESSÃO
DATA 05/05/20
PRESIDENTE

SR. PRESIDENTE;
NOBRES PARES.

REQUERIMENTO Nº 141/20

Desde o início do atual surto de coronavírus (SARS-CoV-2), causador da Covid-19, existe uma grande preocupação diante de uma doença, que se espalhou rapidamente em várias regiões do mundo, com diferentes e profundos impactos, que na melhor das hipóteses, afetou todos os planejamentos desse ano.

Tudo é ainda muito novo, mas a recomendação dos especialistas das diferentes áreas técnicas, é a urgente aplicação de medidas eficazes para as diferentes áreas dos Governos e da Sociedade Civil, na intenção de minimizar os atuais e futuros reflexos da pandemia, principalmente nas áreas da saúde, social e econômica.

Nesse trabalho vou me ater a uma sugestão ou proposta voltada a colaborar com o Governo Municipal na área econômica, especificamente no eixo da diminuição das despesas da máquina administrativa.

O Poder Judiciário de alguns Estados da Federação, recentemente emitiu decisões que permitem a redução do valor do aluguel de imóveis locados, considerando e justificando, entre outros fatores, a existência da maior crise econômica e social, já vivenciada em razão do cenário atual da pandemia.

Em algumas decisões, os Magistrados alegam que: " a humanidade experimenta uma situação excepcional em

decorrência da pandemia do Covid-19, que se alastrou pelo planeta, causando severos prejuízos à economia em seus diversos setores" não sendo diferente com as pessoas jurídicas que estão tendo uma forte diminuição de suas receitas.

Assim, diante dessas decisões judiciais favoráveis a possibilidade da diminuição em até 50% dos valores pagos com o aluguel e, considerando que a Prefeitura de nosso município é locatária de vários imóveis, é que **REQUEIRO** à Mesa respeitadas as formalidades regimentais, depois de ouvido o Douto Plenário, seja aprovado o envio deste Trabalho ao **EXCELENTÍSSIMO SR. ALBERTO PEREIRA MOURÃO**, PREFEITO DESTA CIDADE, na intenção de propor que Prefeitura apresente acordos com os proprietários dos imóveis locados pela Administração Pública Municipal, visando a redução provisória dos valores dos alugueis, durante a vigência do estado de emergência e de calamidade pública, em decorrência do cenário atual de pandemia.

Essa iniciativa obtendo o êxito esperado, acarretará uma considerável diminuição na despesa da Prefeitura e permitirá que os valores economizados sejam investidos nas áreas mais afetadas por essa severa pandemia.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 05 de maio de 2020.

HUGULINO ALVES RIBEIRO
VEREADOR – PSDB